



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012319-29.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **LEIDIMAR DE AMORIM MARTA**
 Requerido: **ROGÉRIO CAMPOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter entregue ao réu a quantia de R\$ 2.600,00 como parte do pagamento por automóvel que ele estava vendendo.

Alegou ainda que essa transação acabou não se concretizando, mas o réu não lhe devolveu aquela importância.

Já o réu refutou em contestação os fatos articulados pelo autor, negando a venda do aludido automóvel e igualmente o recebimento da soma indicada a fl. 01.

Tocava ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito (art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil), mas ele não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido, o relato exordial foi instruído apenas da fotografia de fl. 02, ao passo que na réplica o autor apresentou alguns diálogos via aplicativo de telefonia celular (fls. 13/16).

Aquele dado (fotografia) obviamente não é bastante para de algum modo lastrear a explicação do autor, a exemplo das mensagens de fls. 13/16.

Como a partir de tais elementos não é possível concluir com segurança mínima que as partes ajustaram a compra e venda de automóvel, que o autor entregou valor ao réu a esse título, que a negociação não se implementou e que o réu não restituiu ao autor tal montante, bem como levando em consideração que o autor não demonstrou interesse no alargamento da dilação probatória (fl. 27), conclui-se que inexistente base para dar suporte à postulação formulada.

Sua rejeição é, portanto, de rigor.

Ressalvo, por oportuno, que não vislumbro a presença do elemento subjetivo indispensável à configuração da litigância de má-fé, razão pela qual o pleito de condenação do autor a tanto não vinga.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**